

II

A descoberta do território que formaria o Brasil desviou os portugueses do programa e dos métodos tradicionais de simples comerciantes que tinham sido até então os seus. Tanto na África, como depois na Ásia, não fôra a colonização — no sentido mais restrito de povoamento — que os preocupara. Eram comerciantes, e como tal, o que pretendiam com suas viagens ultramarinas eram mercadorias, produtos acabados de valor comercial. A África e sua população nativa, e muito mais a Ásia com sua alta civilização e grande riqueza, podiam fornecer como de fato forneceram tais produtos. E para organizarem êsse comércio, bastou aos portugueses estabelecerem feitorias ao longo dos territórios que alcançavam, articulando assim as suas rotas marítimas com aquêles territórios. A idéia de ocupação efetiva com povoadores, isso não estava nos planos de Portugal. Nem podia estar, com a rala população que habitava o país; e nem tampouco se propunha essa solução quando o que se objetivava era tão sòmente o comércio, perfeitamente realizável sem aquela ocupação efetiva e povoamento.

A colonização do território brasileiro veio assim desviar os portugueses do programa até então seguido. Mas nem por isso lhes modificou os objetivos mercantis. Esses permaneceram, embora aplicados a condições novas: um território quase deserto e habitado por povos primitivos que nada ofereciam de interessante para homens de negócio. Havia contudo riquezas potenciais por aproveitar. Tratava-se dos trópicos: uma terra portanto capaz de produzir artigos demandados pelo comércio europeu, mas que o velho continente não podia oferecer, ou oferecia em quantidades insuficientes e precariamente — como o açúcar de cana produzido na Sicília.

O português resolverão o problema com o povoamento e organização de uma sociedade e estrutura econômica aptas a fornecerem as mercadorias de que eles necessitavam em seu comércio. Estava selado com isso o destino da colonização brasileira; e em boa parte da nação que sairia daí: seríamos uma feitoria comercial, embora de grandes dimensões e de novo tipo, disfarçada em sociedade normalmente organizada. Essa origem do Brasil se marcará profundamente no futuro do país; e é preciso tomá-lo em consideração para se compreenderem muitas de suas feições, inclusive atuais. É o que se verá.

Desde logo, o sistema de povoamento terá um caráter próprio estreitamente subordinado àquele tipo de colonização “comercial”. Virá em pri-

meiro lugar o europeu como organizador e dirigente da empresa, trazendo os recursos e o aparelhamento necessário para realizar a produção. Não vem para trabalhar, no sentido de dar seu esforço físico à produção de riquezas; não é um produtor, vem como comerciante para organizar a produção de mercadorias. É o negócio que o interessa. Não se trata para ele de construir ou reconstruir uma vida impossível em seu país de origem, como se deu por exemplo com a maior parte dos colonos ingleses da América-do-Norte que para lá se dirigiram porque as condições políticas e sociais lhes eram adversas na Europa. Aqui não. Se não foi com deportados — tomada a expressão em sentido pejorativo — que se colonizou o Brasil como se ouve muitas vezes dizer, o certo é que se trata na grande maioria e quase totalidade das vezes, de indivíduos estimulados unicamente pela perspectiva do enriquecimento, e que emigravam não para se fixarem efetivamente no Brasil, e sim para acumularem ou desenvolverem uma riqueza que esperavam fácil, retornando em seguida e o quanto antes ao país de origem. Eram comerciantes, em suma; e não povoadores no sentido próprio. Vinham para montar aqui uma empresa comercial, e não constituir uma nova sociedade.

Terão por isso que obter trabalhadores para aquela empresa. Sabe-se como o problema foi resolvido: com a escravidão de indígenas, e sobretudo de africanos importados. Escravidão por quê?

O que significa essa reintrodução no direito moderno de uma instituição que os países da Europa tinham herdado de Roma, mas que vinha, havia séculos, em decadência e decomposição, tendo praticamente desaparecido no momento que nos ocupa, para ressurgir agora com vigor extraordinário, passando a constituir uma das traves mestras do sistema jurídico das colônias européias da América? Essa ocorrência é de muito interesse para a interpretação do Direito nas suas relações com a Economia pois mostra que ele é um reflexo, em boa parte (parte essencial, aliás, pois trata-se no caso do estatuto jurídico da maior e mais importante parcela da sociedade), reflexo de situações econômicas. Vê-se aí o Direito como expressão normativa de uma determinada situação econômica, e refletindo a solução, traduzida em termos jurídicos, dos problemas propostos por essa situação. Para a questão da mão-de-obra necessária à estruturação da empresa comercial que os portugueses pretendiam organizar no Brasil, não havia outro recurso que o apelo ao trabalho obtido por compulsão física. A ausência de estímulos de outra natureza — como ocorreria e ocorre no regime capitalista onde a liberdade jurídica se pode harmonizar com a obrigatoriedade do trabalho em proveito alheio, graças à propriedade privada dos meios de produção — forçam a adoção do instituto servil, aqui no Brasil como aliás em todas situações semelhantes,

inclusive na colonização americana realizada por outras nações que não a portuguesa.

O mais importante para nós aqui é o fato que o povoamento do Brasil, ou melhor, a integração demográfica da sociedade brasileira se fez na sua maior parte com indivíduos recrutados como simples força de trabalho. Esse é um fator que tem importância primordial para a compreensão não só da história e evolução social do Brasil, mas também de sua estrutura econômica, passada e atual. O trabalhador brasileiro será uma simples peça do mecanismo comercial que aqui se montara. Não contará senão pela sua maior ou menor capacidade e habilidade de contribuir com seu esforço físico para o funcionamento daquele mecanismo: será a sua principal força motriz e propulsora. Note-se que uma tal circunstância não deriva unicamente do fato da escravidão, que foi o destino, como referi e muito bem se sabe, da grande maioria e quase totalidade do trabalho brasileiro. A escravidão foi um meio; o objetivo, que era de conseguir força de trabalho e somente força de trabalho à disposição da empresa comercial em que se estruturara a sociedade brasileira, esse objetivo se propusera já antes de instituída a escravidão, e permanecerá depois dela. É o que esclarece e explica os rumos que tomou a organização econômica e social brasileira quando depois de abolido o tráfico africano, foi-se obrigado a recorrer a outras soluções para o problema do trabalho. Encontramos-nos a um século

força
de
trabalho

como um
meio. A orga
nização da força
de trabalho

de distância, precisamente, da data em que se suspendeu de fato a importação de africanos; substituiu-a, como se sabe, a imigração européia. Os imigrantes europeus não serão escravos, mas o espírito que anima o incentivo à imigração é o mesmo. Os novos povoadores serão atraídos e aqui recebidos tal como tinham sido os africanos: como simples força de trabalho. Virão para substituir os africanos que com a abolição do tráfico se vão tornando insuficientes para suprirem a demanda de forças propulsoras da empresa econômica montada pelos portugueses aqui na América, e que seus sucessores brasileiros não tinham substancialmente modificado.

É importante assinalar êsse ponto, porque ainda nos dias que correm, grande parte dos projetos de imigração giram em torno de uma tal questão. "Imigração" ainda é tida entre nós, por muita gente, como um recurso para prover de braços as lavouras do país. Exatamente o mesmo espírito que animava, há quatrocentos anos atrás, os primeiros colonos portugueses. Não se afirmará isso, talvez, de maneira tão expressa. Mas precisamente por isso cabe ao economista, com a história na mão, procurar atrás do eufemismo em que se disfarçam as intenções reais, o verdadeiro espírito e sentido de muitas opiniões acerca da imigração e povoamento. Isso servirá ao menos para explicar o fracasso de muitas iniciativas recentes em tal setor.

E' assim, de um lado com colonos portugueses organizadores e dirigentes da empresa mercantil instalada aqui; e doutro, com índios e africanos, trabalhadores dessa empresa, que se estrutura a colonização, o que quer dizer, a Sociedade e a Economia brasileiras. Daí resultará o nosso país, que será assim no passado, e sobrando disso importantes resíduos no presente, um grande empreendimento comercial montado nos trópicos para atender com os produtos específicos dessa parte da terra, às necessidades do comércio europeu e das regiões de clima temperado em geral. Considere-mos as conseqüências mais importantes dêsse fato geral da formação brasileira, na estrutura econômico-social de nosso país.

Destaca-se em primeiro lugar a falta de ligação do indivíduo à terra, bem como a inexistência de um sistema de vida social baseado em sólidos fundamentos. Empresários e trabalhadores — e são êsses grupos que constituem não só a maior parte da população brasileira, mas sobretudo seus elementos essenciais — não se ligam ao país, sua vida e atividades, senão pelo tênue laço de um negócio em que colaboram. E' isso que representa o cimento aglutinador da sociedade. Tudo é função daquele negócio e de suas vicissitudes. Sobretudo de sua transitoriedade, porque um negócio, e particularmente um negócio precário como êsse de produzir gêneros de demanda incerta, ou então de limitadas fontes produtivas — como se deu em particular

com a mineração do ouro e dos diamantes — é essencialmente transitório. Ainda mais porque vindo o negócio antes, e o homem somente depois, isso é, sendo o homem função do negócio e não inversamente, o negócio função do homem, não havia que cuidar senão de uma produção acelerada, sem consideração a outras circunstâncias que um aproveitamento máximo e no mais breve período de tempo. As consequências disso, no que diz respeito ao esgotamento dos recursos naturais, são consideráveis, pois não haverá o que resista a êsse verdadeiro saque da Natureza. Na agricultura, o solo se esteriliza precipitadamente; na mineração, não se tomando as cautelas necessárias, chega-se logo a um ponto em que é impossível prosseguir nos trabalhos de extração; na indústria extrativa (a colheita natural e a pesca, que foram e ainda são em certas regiões do Brasil o principal esteio econômico), uma exploração precipitada e descuidada destrói as fontes de produção que não têm tempo para se refazerem.

Infelizmente as condições naturais de uma zona tropical como é o Brasil, vêm ao encontro e facilitam essa exploração em ritmo acelerado. O rápido crescimento vegetal o favorece, e a aparente fertilidade do solo virgem (aparente porque momentânea apenas) cria ilusões que disfarçam as tremendas consequências a curto prazo: o esgotamento acelerado do solo e sua destruição quando exposto e não protegido suficientemente contra a

erosão. Tudo isso é por demais conhecido, e fez da produção agrícola e extrativa, base em que assentou a empresa econômica instalada no Brasil, um negócio essencialmente precário e transitório. Outra circunstância veio ainda agravá-lo. E' que vivendo na dependência de mercados externos e longínquos, voltando-se a produção para fora e tendo-se estabelecido não para atender às necessidades dos próprios produtores, mas de um comércio estranho e fora do seu alcance e influência ponderável, ficou necessariamente em posição subordinada, sempre na dependência de conjunturas sobre que não tinha e não podia ter a menor ação. O Brasil viveu no curso de toda sua história, e ainda vive em função das flutuações de mercados longínquos que podem fazer a sua fortuna ou miséria, sem que êle nada possa dizer na matéria. Somos obrigados a sofrer passivamente as vicissitudes de uma conjuntura completamente estranha; e sempre fomos com relação aos fenômenos econômicos que nos tocam mais de perto, como o primitivo em frente aos acontecimentos meteorológicos que comandam soberanamente e sem recurso a sua própria integridade física...

(Do concurso desses fatores resultou a natureza essencialmente cíclica, já muitas vezes assinalada, de nossa economia. Isto é, a sucessão no tempo e repetição no espaço de períodos mais ou menos breves de prosperidade, logo seguidos de estagnação e decadência.) Uma conjuntura internacional

ciclos

favorável, ou o achado de uma fonte natural de produção, estimulam as atividades num ponto do território, e aí se desenvolvem rapidamente o povoamento e a riqueza. Logo em seguida, seja pela mudança da conjuntura, seja pelo esgotamento dos recursos naturais, sobrevém a estagnação e depois a decadência: empobrecimento, despovoamento... Esses episódios de curta duração se repetem ao longo de toda nossa história, até os dias que correm; e afetam, uma atrás da outra, todas as regiões do país. Tivemos no início da colonização, o ciclo do pau-brasil nas matas que primitivamente guarneciam a região litorânea da Paraíba até Alagoas, e que logo foram devastadas, desaparecendo a preciosa madeira. Seguiu-se o primeiro ciclo do açúcar nas capitanias do Nordeste, na Bahia e no litoral paulista (ilha de S. Vicente). Neste último a produção logo decaiu; no Nordeste e na Bahia, foi o sustentáculo da colonização durante século e meio, para agonizar em seguida. O ciclo do açúcar foi substituído pelo ciclo da mineração que se localiza em territórios interiores: Minas-Gerais, Mato-Grosso, Goiás. Em fins do séc. XVIII, praticamente nada sobra dêle. Reaparecem então diferentes ciclos de produção agrícola: do açúcar, novamente no Nordeste e na Bahia; na bacia do baixo Paraíba; em algumas regiões de S. Paulo. Um fulgurante ciclo algodoeiro, em Minas Gerais e no Maranhão; outros de insignificante expressão, como o do anil. Tudo isso declina e se desfaz

em meados do século passado. Restará apenas o café, cuja cultura se desenvolve no médio Paraíba, abrangendo partes do território do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de S. Paulo. Antes do fim do século, essas lavouras cafeeiras decaem, e as culturas principais se deslocam para o centro e norte de S. Paulo; e daí, progressivamente para oeste. Além desse ciclo do café, ou antes sucessão de ciclos cafeeiros, tivemos em fins do século passado e primeiros anos do atual, mais dois ciclos momentaneamente de grande importância: o da borracha no vale do rio Amazonas, e o do cacau no sul da Bahia.

Êsse o nosso passado, para não citar senão os maiores episódios de nossa evolução econômica. E o presente? Não assistimos, depois de 1930, aos estertores da produção cafeeira em todas as chamadas zonas “velhas” de S. Paulo (em particular na Mojiana e na Paulista), “velhas” de duas gerações no máximo? Não assistimos ao ciclo do algodão que depois de brilhante trajetória iniciada lá por volta de 1930 e tantos, dá mostras de estagnação, e em muitos lugares de esgotamento total? Não acompanhamos, há poucos anos atrás, o fulgurante desenrolar do ciclo do cristal de rocha, que alcançou elevados índices, e de que já ninguém se lembra mais?

Dessa evolução cíclica da economia brasileira — que, como vimos, continua em nossos dias e sob as nossas vistas — resultou um processo espasmódico de desenvolvimento e um funcionamento

por arrancos que vai deixando para trás ruínas materiais e humanas. E' o espetáculo que nos oferece boa parte do país, onde em regiões outrora florescentes, não vemos mais que vestígios históricos de uma grandeza passada e uma população depauperada que vegeta e definha. Assim no Extremo-Norte do país, nos Estados do Nordeste, na Bahía, em Minas-Gerais, Goiás e norte de Mato-Grosso, no Rio-de-Janeiro. Mesmo em S. Paulo ocorrem dessas ruínas no vale do Paraíba, no litoral, em outras regiões de ocupação mais antiga. Tem-se salvado aqui algo do desastre — o que não aconteceu em outras regiões do país — por efeito de circunstâncias que podemos reputar quase ocasionais. O ciclo do café, graças a condições naturais excepcionalmente favoráveis, foi em S. Paulo muito amplo. Dispusemos de áreas extensas aproveitáveis para a cultura, e dispostas em continuação umas às outras, bem como geograficamente orientadas para os mesmos pontos; donde uma concentração que permitiu a conservação de muitos valores. Só muito recentemente estamos recorrendo às nossas últimas reservas de terras aproveitáveis, e que começam a se tornar excêntricas. Por enquanto, todavia, vamos-nos mantendo e completando com isso mais de um século de expansão praticamente ininterrompida e crescente. A essa disponibilidade de recursos naturais, aliou-se uma conjuntura internacional no seu conjunto altamente favorável. Apesar das crises e momentos de

graves dificuldades que atravessamos, a demanda de café sempre se conservou em nível elevado. De cem anos para cá, o nosso principal produto se fez sempre mais procurado e conservou um lugar de primeiro plano no comércio internacional. A par disso, os nossos possíveis e eventuais concorrentes sempre foram relativamente débeis.

Essas circunstâncias proporcionaram a S. Paulo uma grande acumulação de riqueza e concentração demográfica que abriram perspectivas para novas iniciativas com as quais foi possível suprir alguns vácuos deixados pela decadência local da lavoura cafeeira. Assim no vale do Paraíba, a cultura do arroz e a produção de leite para o abastecimento da grande metrópole paulistana substituíram em parte a extinta economia cafeeira daquela região. No litoral e algumas outras partes do interior sobreveio a produção frutícola (banana e laranja sobretudo). Já nos referimos ao algodão que substitui o café em boa parte do Estado, mas que já vai pelo mesmo caminho do seu antecessor. Poderíamos citar outros casos semelhantes. A principal iniciativa contudo que proporcionou a excepcional amplidão e estabilidade do ciclo cafeeiro, consistiu no estabelecimento de uma indústria leve, isso é, produtora de bens de consumo. E' sobretudo isso que tem permitido manter um nível e padrão econômicos relativamente elevados, se consideramos outros setores do país, bem como estimular o desenvolvimento de grandes

INDÚSTRIA
E
CAFÉ *

centros urbanos, a começar pela Capital, que encobrem com suas fachadas uma realidade bastante aquém da aparência.

Não nos iludamos todavia, porque os fundamentos da economia paulista, apesar do seu brilho exterior quando em contraste com o resto do Brasil, nada têm de sólidos. As dificuldades em que nos debatemos, como em particular o desequilíbrio crônico de nossa vida financeira, são um sintoma disso, e sintoma bem sensível. Para comprovar a debilidade da estrutura econômica de S. Paulo basta considerar o que seria de nós no momento atual, se em vez de uma flutuação ascendente do preço do café como aquela que tivemos nos últimos anos, tivesse ocorrido já não digo uma baixa mas uma simples estabilização ou mesmo alta moderada. Teria sido um desastre, ninguém poderá nega-lo. E essa perspectiva de um enfraquecimento das cotações do café representa uma eventualidade sempre ameaçadora que o progresso em curso da produção africana torna quase iminente.

Em suma, apesar de toda nossa prosperidade aparente, nossos pés são de barro. Atrás de um simulacro de grandeza, ainda se esconde uma estrutura que no essencial e fundamental conserva acentuados traços do velho sistema colonial produtor de gêneros tropicais demandados pelo comércio internacional. E por isso, a evolução cíclica que passei acima em revista e que decorre daquele sistema, tão fatalmente no passado como hoje, ainda

se encontra latente na conjuntura de nossos dias, ameaçando-nos com suas funestas conseqüências. Encontramos-nos por ora ainda num ponto alto do ciclo, pelo menos no que diz respeito ao conjunto da economia cafeeira paulista; e daí a impressão de uma riqueza e prosperidade que na relatividade do tempo eram também dos baianos e pernambucanos do séc. XVII, dos mineiros do séc. XVIII, dos fluminenses do século passado, para não falar senão nesses três momentos exponenciais da história brasileira. Seria exagero ver no presente daquelas fases do passado, o futuro do presente paulista? Não creio, e dificilmente se poderá contestar que um declínio da economia de S. Paulo representa uma eventualidade para que estão contribuindo muitos fatores que são fáceis de enxergar desde já.

Note-se que isso significaria muito mais, em nossos dias, que o simples encerramento de um ciclo ordinário de nossa história com a perspectiva de um outro qualquer germinando alhures, como se deu tantas vezes no passado. As condições de hoje são diferentes. Ainda recentemente, por ocasião do colapso da economia amazônica da borracha, outras regiões do país mal sentiram seus efeitos. Mas agora a situação é outra. Não falemos das contingências geográficas, que já hoje impõem às nossas aventuras econômicas um limite que outrora não se fazia sentir. Considere-se apenas o que S. Paulo representa no Brasil e o que significaria para todo país a perda dessa base econômica. E' o mer-

populoso }
centro duplo }

cado paulista que ainda mantém um débil fio de atividade produtora e portanto de vida em muitos setores, como nas zonas açucareiras do Nordeste e nos seringais da Amazônia. Mesmo o Rio-Grande-do-Sul, cujo desenvolvimento tem caracteres próprios e distintos do resto do país, e cuja economia apresenta elementos de solidez que faltam em outros lugares, mesmo o Rio-Grande suportaria difficilmente a perda de um mercado como o paulista para boa parte de sua produção invendável no exterior.

No sentido contrário do comércio, é graças à indústria paulista que o Brasil consome artigos que por falta de créditos internacionais não poderiam ser substituídos pela importação do exterior; e a indústria de S. Paulo acompanharia o colapso do café. Não é ainda S. Paulo que fornece as divisas com que se pagam as importações de quase todos os Estados do Brasil? Além disso, não se esqueça a redistribuição financeira que se processa através do governo federal e de seus diferentes órgãos mais ou menos autônomos, processo êsse que tem sua fonte em S. Paulo e seu escoamento na maior parte das outras regiões do país. Finalmente — e para ficarmos unicamente nos traços mais salientes da dependência do Brasil em conjunto de S. Paulo em particular — lembremos que são as atividades paulistas, e sobretudo as ligadas diretamente ao café, que oferecem oportunidade de trabalho a grandes contingentes da população de

outros Estados que sem isso ainda estariam muito piores que estão.

Nessas condições, pode-se dizer que o ciclo paulista de hoje é um ciclo brasileiro cujas vicissitudes afetarão profundamente, como vêm aliás afetando há muito tempo, o conjunto do país. E' o Brasil que está em jôgo, e a solução do problema econômico de nossos dias envolve necessariamente a totalidade do país e o próprio destino da nacionalidade brasileira. E' que êle não se fracciona regionalmente. Isso porque não se trata mais, como no passado, de resolver o encerramento de um ciclo pela inauguração de um outro. E' pela base que se há de solucionar o nosso caso, arrancando definitivamente o país do círculo vicioso em que há séculos e desde o início da colonização se acha empenhada a sua vida. E isso representa uma nova perspectiva para todos brasileiros.

Mas o que nos permite prever essa perspectiva? A marcha do passado não aponta para uma idêntica marcha no futuro? O que nos assegura que esta última será ou poderá ser diferente daquela? Aqui se propõe a ação consciente e deliberada do Homem para modificar as condições em que se encontra, e encaminhar o seu destino. O problema em suma, no caso vertente, da Economia aplicada. Mas a solução dêsse problema não depende unicamente de nossos desejos por mais sinceros e sentidos que sejam, pois sôbre tais estados subjetivos não se constroem senão utopias. O economis-

CICLO
BRASILEIRO

*

*

ME O
MERCADO
INTERNO (S.P.)

ta, como o sociólogo em geral, não pode colocar-se fora dos fatos de que se ocupa e ditar-lhes regras inspiradas unicamente em suas pretensões e aspirações. Não seria difícil, e vemos disso frequentemente, traçar modelos ideais para o futuro do nosso país, e propô-los como objetivos a serem atingidos. Isso vai dar, como já tem dado tantas vezes, nesses planos salvadores que abarrotam os arquivos e tomam inútilmente espaço nas bibliotecas. E' que pairam acima dos fatos, e não resultam do seu natural dinamismo; e é aí que se fixam os limites da ação humana e das normas elaboradas por economistas e sociólogos. A primeira condição para se ocupar dos problemas econômicos brasileiros de que ora se trata, é a consciência do processo em que nos achamos engajados e a capacidade para traduzir tal processo em norma de ação. Consciência que seja um reflexo social, porque os indivíduos, por si sós, não valem senão como expressões de uma coletividade; e não podem mais, como teóricos que procuram dar uma solução a problemas coletivos, que traduzir em formulações abstratas o que a prática daquela coletividade já implica.

O Brasil já conta para isso, em primeiro lugar, com uma circunstância anteriormente inexistente ou ainda insuficientemente madura. Refiro-me à experiência de um passado já hoje relati-

vamente longo de desastres e fracassos que não só nos fazem ver as coisas de um ângulo menos otimista — o que nem sempre ocorreu em nosso passado quando se via no Brasil um país “predestinado” e “gigante pela própria natureza” — mas ainda nos permite uma visão mais segura do que realmente somos e valem os. Daí aliás, o grande interesse de uma perspectiva histórica na qual se retrata aquela experiência tão dolorosa mas ao mesmo tempo tão útil e necessária nos dias que correm.

Além disso, e derivado dessa experiência, é o Conhecimento que ela nos proporciona; em outras palavras, a Ciência de que hoje podemos lançar mão para traçarmos as diretrizes de nossa futura evolução econômica. Não se trata certamente de “inventar” uma ciência econômica nova e original, e sim de utilizar o que nos proporciona a experiência teorizada de outros povos e feita em Ciência, na constituição de uma Economia que seja expressão teórica de nossa experiência própria. Assinalei anteriormente como um setor importante da moderna pesquisa econômica, na América Latina, se encaminha hoje por novos rumos no que se refere à interpretação da economia de países do nosso tipo, procurando fazer as devidas restrições aos padrões clássicos. E' que, na expressão de Prebisch, “uma das falhas mais sérias de que padece a teoria econômica geral, contemplada da periferia (isto é, dos países como o nosso) é seu

CFRAL

falso sentido de universalidade" (7). O reconhecimento disso, que se generaliza também entre nós, constitui um bom caminho andado, porque permite livrar-nos de concepções que sempre pesaram e ainda pesam consideravelmente nas observações e análises dos economistas de países cuja estrutura econômica não se pode equiparar à dos grandes centros capitalistas da atualidade.

Esse reconhecimento todavia ainda é pouco se não se souber utilizá-lo para efetivamente abordar a matéria de um ponto-de-vista original e específico do Brasil. Nesse sentido, a Teoria do Desenvolvimento Econômico se tem mostrado deficiente. E' que apesar de seus propósitos e das próprias premissas que constituem seu ponto de partida, coloca-se muito mais que supõem seus autores, e Prebisch, o mais inovador e radical deles todos inclusive, na perspectiva da Economia clássica. Além dos fatores de ordem político-ideológica que determinam essa incoerência da Teoria do Desenvolvimento — fatores esses de que não me ocuparei aqui — concorrem para isso circunstâncias de natureza teórica que é interessante assinalar desde já, embora pretenda voltar ao assunto mais adiante. E' que a Teoria se coloca num ponto-de-vista estático, que é o do equilíbrio presente da economia dos países subdesenvolvidos e dos fatores atual-

(7) *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.* Revista Brasileira de Economia, Setembro de 1949, pg. 54.

mente nela em jogo. Não considera assim o que produziu aquele equilíbrio e condiciona portanto os fatores nêle atuantes. Escapa por isso à sua perspectiva o sentido e valor de muitos elementos que dinamicamente considerados tomam um aspecto bem diferente daquele que em si apresentam. Para ficarmos por ora num único desses elementos, embora dos mais importantes, referirei o caso do capital financeiro internacional que se apresenta na Teoria do Desenvolvimento simplesmente como uma inversão capitalista ordinária e idêntica a outra qualquer; e é lembrada apenas incidentalmente como um dos fatores que concorrem para o balanço externo de pagamentos dos países subdesenvolvidos, quando para eles afluí, quando se retira ou quando absorve divisas para a satisfação de juros, dividendos e outras formas de sua remuneração.

Em suma, a Teoria do Desenvolvimento, que é ainda o que temos por enquanto de mais próximo do objetivo de uma ciência econômica que dê conta da especificidade de nossas condições de país da periferia do moderno sistema capitalista internacional, não utiliza senão muito insuficientemente a experiência histórica desses países subdesenvolvidos. E não o faz sobretudo porque, segundo penso, ainda se deixa levar pelos métodos clássicos da Economia Política. Tais métodos consistem essencialmente numa visão estática dos fatos econômicos e fora do conjunto histórico a que pertencem.

cem. Assim destacados do dinamismo da história, tais fatos se apresentam ou como acontecimentos fortuitos e sem raízes no passado; ou então, o que é mais grave ainda, em particular numa teoria do desenvolvimento, se erigem em reflexos ou derivados de uma Realidade absoluta que transcende a história e se impõe aos homens e suas relações como um *fiat* do Destino que vem do comêço do mundo e o acompanhará até o final. Tocamos aqui na concepção clássica e mais profunda da Economia Política, pela qual se faz das categorias transitórias do sistema capitalista, um dado absoluto e implícito na natureza das coisas e do ser humano.

Mas seja como fôr, não será êsse evidentemente o ponto-de-vista em que se há de colocar uma ciência econômica que objetive constituir-se na base da experiência histórica de nosso país, que é o que se trata, segundo vimos, de inicialmente estabelecer como premissa para a solução de nossos problemas. Não pretendo aqui, está claro, nem ao menos delinear essa ciência, para o que aliás não ha ainda nem maturidade suficiente. Esta só virá através de fatos e situações políticas que começam apenas, no presente mais atual, a se configurar. A Economia terá que aguardar a Política. Mas o que é possível desde já, é propor o *método* que se há de seguir na análise e interpretação dos nossos fatos. Isso é possível porque tal método já faz parte do arsenal científico de nossos dias. Refiro-me à *Dialética materialista*. E' na base de tal método

*

que se há de proceder à consideração dos fatos econômicos brasileiros. Isso porque precisamente, e em contraposição ao idealismo e à proposição utópica dos objetivos a serem alcançados, a Dialética materialista procura tais objetivos nos próprios fatos que se consideram. A Dialética materialista, como método filosófico, não é senão a transposição para o pensamento, dos fatos e do seu processamento natural; isto é, de sua *dialética* ou aquilo que essencialmente os constitui: o seu dinamismo imanente. E' na consideração dêsse dinamismo ou dialética que o método se constituiu. A sua utilização traz portanto consigo a visão daquilo que essencialmente importa apreender nos fatos que se analisam, a saber, não as situações em si, mas a força motriz que determinou essas situações e que tende a transformá-las em outras diferentes. A visão daquilo, em suma, que faz de "situações" *fatos* propriamente, isto é, acontecimentos que se ligam ao passado e se projetam no futuro. Daí a fecundidade do método dialético, porque ao mesmo tempo que se analisa e retrata por êle uma situação, incluem-se aí desde logo as eventuais perspectivas dela. E aí estará implícita a norma de ação, em nosso caso a política econômica possível e aconselhável.

O método dialético aplicado aos fatos econômicos não é aliás senão a expressão científica, isto é, sistematizada, do empirismo através do qual os pensadores que desde Jean Bodin (1530-1596), An-

*

toine Montchrétien (1576-1621) e William Petty (1623-1687), até Adam Smith e Ricardo, foram elaborando e constituindo em corpo de ciência a Economia Política clássica, servindo-se dos fatos econômicos de que eram participantes e espetadores ao mesmo tempo, para observarem e simultaneamente orientarem aquêles fatos no sentido do Capitalismo de que foram os ideólogos e com isso os teorizadores.

Se não é possível alcançar desde logo, como foi reconhecido acima, e não pode deixar de o ser, uma Ciência propriamente e aplicável a nossos fatos econômicos, acredito ser realizável, através do método dialético, um programa, traçado com linhas muito gerais, que indique o sentido no qual se há de caminhar para a constituição daquela Ciência.

III

Já vimos sumariamente no capítulo anterior, os fatos mais salientes e circunstâncias mais gerais da evolução econômica do Brasil. Podemos tirar daí algumas primeiras conclusões. A primeira delas, e essencial, é que a economia brasileira se organizou e evoluiu em função do comércio externo; mais particularmente, da exportação de produtos primários. Em consequência, tudo mais que nela se encontra é acessório e deriva direta ou indiretamente daquele setor fundamental, isto é, existe para ampará-lo e o manter em funcionamento. Essa é uma constante da evolução econômica do Brasil. O que não quer dizer que aquêles acessório não seja ou não possa ser de grande importância. Isso ocorre particularmente em nossos dias, com relação por exemplo à indústria manufatureira, cuja produção, que não se destina ao comércio externo, já superou sensivelmente o total da exportação. Pareceria mesmo, à primeira vista, que um dado estatístico como êsse pudesse ser interpretado como sinal de que a economia brasileira já não se apoia mais essencialmente na exportação de produtos primários. Isso todavia não é